



20

**Agravo Regimental n. 223.920-9/01**

Agravante: Maurílio Sergio da Silva

Agravada: Danielle Pontes Braga

Relator: Des. Eduardo Sertório

**EMENTA:** CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. FUNGIBILIDADE. SÚMULA 42 DO TJPE. REVELIA CONFIGURADA RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRESSÃO VERBAL. CONDUTA OFENSIVA DO RÉU. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO. RAZOABILIDADE.

1. Tratando-se de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual aplico o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental como se recurso de agravo fosse. (Súmula 42 do TJPE)
2. Tendo havido rejeição da exceção de incompetência na hipótese dos autos, não há que se falar em necessidade de intimação do advogado acerca do prazo restante para contestar.
3. Correta a decisão do magistrado de reconhecer equivocada a decisão de aguardar a devolução da carta precatória de intimação do advogado da apelante e reconhecer a revelia do réu.
4. A injusta agressão proferida pelo agravante contra a agravada gera direito a compensação pelos danos morais sofridos.
5. É de se destacar a repercussão negativa do fato, pois ocorreu numa festa de uma pequena cidade do interior do agreste e com pessoa conhecida na região.
6. Dadas as especificidades do caso concreto, entende-se razoável o valor da indenização fixado originariamente em R\$ 10.000,00, montante adequado à tradição jurisprudencial desta Corte, adotada em situações análogas.
7. Agravo Regimental a que se nega provimento

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Regimental n. 223920-9/01 em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife, 22.9.13

**EDUARDO SERTÓRIO**

Desembargador Relator



13  
1

**Agravo Regimental n. 223.920-9/01**

Agravante: Maurílio Sérgio da Silva

Agravada: Danielle Pontes Braga

Relator: Des. Eduardo Sertório

**RELATÓRIO**

Cuido de Agravo Regimental interposto por **Maurílio Sérgio** diante de decisão terminativa que negou seguimento ao apelo, e reformou a sentença a quo, apenas para determinar de ofício, a incidência dos juros moratórios, o qual flui, a partir do evento danoso, mantendo no mais a sentença monocrática (fls. 134/136v).

Adoto o relatório da decisão terminativa, adiante transcrito:

"Cuido de recurso apelatório interposto por **Maurílio Sérgio da Silva** contra sentença do Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais contra ele ajuizada por **Danielle Pontes Braga**, processo nº. 0006978-53.2006.8.17.0480.

**Ação (fls. 02/18): Danielle Pontes Braga** ajuizou Ação de Indenização por Danos Morais contra **Maurílio Sergio da Silva**, em razão do suposto constrangimento ilegal por ela suportado, decorrente das ofensas morais/injustas agressões, por ele cometidas durante evento comemorativo ocorrido em 11/09/2006, na cidade de São Caetano.

A autora alegou ser a responsável pela área vip do camarote das autoridades, e estando sua lotação esgotada, não autorizou o acesso de mais pessoas, sob pena de comprometimento da segurança. Tal proibição acarretou o início das agressões por parte do réu.

**Sentença (fls. 61/62):** julgou **procedente** o pedido para condenar **Maurílio Sérgio da Silva** a pagar à **Danielle Pontes Braga** indenização no valor de **R\$ 10.000,00**, correspondente ao dano moral configurado, devidamente acrescido de juros de 1% ao mês e da correção legal lastreada na tabela da ENCOGE, tudo a partir da publicação da sentença e até a data do efetivo pagamento.

Ônus sucumbenciais: pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% do valor correspondente à condenação (CPC - arts. 20, § 3º e 21).

**Apelação (fls. 67/84): Preliminares:** a) Inocorrência da Revelia; b) Chamamento do Feito a Ordem e c) Nulidade da Sentença que julgou a Exceção de Incompetência. **No Mérito**, **Maurílio** pugna pela reforma integral da sentença, para **afastar sua condenação** ao pagamento da indenização por dano moral; pelo princípio da eventualidade, requer a **redução** do valor da indenização por danos morais a patamares dentro da razoabilidade.

**Contrarrazões (fls. 92/108): Danielle Pontes Braga** pugna pelo improvimento do apelo.

**Decisão Terminativa (fls. 120/120v):** Por não constar o comprovante de pagamento do preparo e considerando sua manifesta inadmissibilidade, foi negado seguimento ao recurso nos termos do art. 557, do CPC.

**Despacho (fl.129):** em juízo de retratação, foi conhecido o recurso de apelação para sanar o erro apontado, no sentido de reconhecer o preparo do recurso de apelação, devendo ser, por conseguinte, devidamente apreciado o seu mérito."

Sem trazer aos autos qualquer consideração que infirme especificamente a decisão agravada, a Agravante interpôs o presente recurso de agravo (fls.02/06), renovando a alegação de inoccorrência da revelia porquanto o prazo só iniciaria após a devolução da carta precatória. Por fim, sustenta a inexistência de injusta agressão e, por via de consequência, ausência de danos morais indenizáveis.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

26.9.13



**EDUARDO SERTÓRIO**

Desembargador Relator



**Agravo Regimental n. 223.920-9/01**

Agravante: Maurílio Sergio da Silva

Agravada: Danielle Pontes Braga

Relator: Des. Eduardo Sertório

**VOTO**

Pressupostos de admissibilidade recursal devidamente preenchidos.

Inicialmente, verifico ter o agravante se socorrido de remédio recursal inadequado, pois, tendo sido proferida decisão terminativa de forma monocrática, por manifesta procedência, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, a decisão desafia o recurso de agravo, disciplinado no §1º do mesmo comando legal, e não o agravo regimental.

Contudo, em se tratando de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual aplico o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental de como se recurso de agravo fosse. (Súmula 42 do TJPE)

Feitas estas considerações, passa-se a análise do pleito do agravante.

É de se destacar a correta decisão do magistrado de piso ao decretar a revelia do réu, senão vejamos.

Após o réu alegar a nulidade de citação pela ausência da cópia da petição inicial e dos documentos que a instruíram (fls. 43/45), o juiz renovou a citação do requerido, devolvendo-lhe o prazo para resposta. Dessa decisão, o advogado foi intimado em 04/05/2007 (fl. 49).

Pois bem, devidamente intimado, o advogado, como defesa, arguiu apenas exceção de incompetência em 21/05/2007, ou seja, no último dia do prazo para a resposta.

Como é cediço, nos termos do art. 306 do CPC, a **arguição de exceção de incompetência**, por qualquer das partes, **enseja a suspensão do processo e não sua interrupção** (CPC, art. 265, III).

Havendo rejeição da exceção pelo juízo de primeiro grau o prazo para apresentação de resposta pelo réu volta a correr da data da publicação da decisão que rejeitou o incidente.

**Somente no caso de acolhimento da exceção é que o STJ vem entendendo que há necessidade de intimação específica do**

**advogado, para dar-lhe ciência da chegada do processo no juízo competente.**

Assim, tendo havido rejeição da exceção na hipótese dos autos, não há que se falar em necessidade de intimação do advogado acerca do prazo restante para contestar.

Portanto, correta a decisão do magistrado de reconhecer equivocada a decisão de aguardar a devolução da carta precatória de intimação do advogado da apelante e reconhecer a revelia do réu.

Nesse sentido, colaciono os posicionamentos abaixo:

STJ

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. FLUÊNCIA DO PRAZO PARA CONTESTAR.** O prazo remanescente para contestar, suspenso com o recebimento da exceção de incompetência, volta a fluir não da decisão que acolhe a exceção, mas após a intimação do réu acerca do recebimento dos autos pelo juízo declarado competente. *Dispõe o art. 306 do CPC que, recebida a exceção, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada. A melhor interpretação a ser conferida ao referido dispositivo, harmoniosa com o princípio da ampla defesa, é que, acolhida a exceção de incompetência, o processo permanece suspenso, só reiniciando o prazo remanescente para contestar quando o réu tem ciência de que os autos se encontram no juízo competente.* Precedentes citados: AgRg no REsp 1.045.568-RS, DJe 13/4/2009; REsp 649.011-SP, DJ 26/2/2007; REsp 73.414-PB, DJ 5/8/1996, e AgRg no REsp 771.476-DF, DJe 27/8/2010. REsp 973.465-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 4/10/2012.

TJDF

**APELAÇÃO CÍVEL - RESCISÃO DE CONTRATO - CITAÇÃO - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - SUSPENSÃO - INTIMAÇÃO - DECISÃO - REJEIÇÃO - REVELIA - POSSIBILIDADE - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - APELAÇÃO DESPROVIDA.** A RÉ FOI CITADA PARA OFERECER RESPOSTA À AÇÃO, NÃO TENDO APRESENTADO CONTESTAÇÃO. EM RAZÃO DA OPOSIÇÃO DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, O PROCESSO FICOU SUSPENSO, VOLTANDO A FLUIR O PRAZO PARA OFERECIMENTO DA RESPOSTA COM A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO ALI PROFERIDA. TENDO EM VISTA A INTIMAÇÃO DA RÉ, E TRANSCORRIDO IN ALBIS O PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA, ESCORREITA A DECRETAÇÃO DA SUA REVELIA DA RÉ. DESPICIENDA QUALQUER OUTRA PROVA PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA, CABE AO JULGADOR O DEVER E NÃO A FACULDADE DE PROFERIR SENTENÇA QUANDO A QUESTÃO DE MÉRITO FOR UNICAMENTE DE DIREITO, OU, SE DE DIREITO E DE FATO, NÃO HOUVER A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS EM AUDIÊNCIA, ESTANDO, PORTANTO, O PROCESSO MADURO PARA SEU JULGAMENTO. IN CASU, FOI DECRETADA A REVELIA DO RÉU, SENDO IMPL EMENTADA, PORTANTO, A CONDIÇÃO DO INC. II DO ART. 330 DO CPC, QUE AUTORIZA O CONHECIMENTO DIRETO DO PEDIDO. (TJ-DF - APL: 330942320078070001 DF 0033094-23.2007.807.0001, Relator: LECIR MANOEL DA LUZ, Data de Julgamento: 15/02/2012, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 28/02/2012, DJ-e Pág. 117) (sem destaque no original)

TJRJ

*Agravo de Instrumento. Indenizatória. Exceção de Incompetência. Suspensão do prazo para contestar. Rejeição da exceção. Desnecessidade de intimação. Revelia. 1 - No caso de exceção de incompetência rejeitada pelo juízo de primeiro grau o prazo para apresentação de resposta pelo réu volta a correr da data da publicação da decisão que rejeitou o incidente. 2 - O STJ vem entendendo, conforme jurisprudência colecionada pelo próprio recorrente, que só há necessidade de intimação específica do advogado nos casos de acolhimento da exceção, para dar-lhe ciência da chegada do processo ao juízo competente, o que não é o caso dos autos, já que aqui, repita-se, a exceção foi rejeitada. Desprovimento do recurso. (TJ-RJ - AI: 477351520098190000 RJ 0047735-15.2009.8.19.0000, Relator: DES. ANTONIO CESAR SIQUEIRA, Data de Julgamento: 17/11/2009, QUINTA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 30/11/2009) (sem destaque no original)*

Dessa forma, não há que se falar em nulidade da citação, tendo em vista a intimação da ré da decisão que rejeitou a exceção de incompetência.

No mais, todos os argumentos levantados pelo agravante foram devidamente rechaçados na decisão terminativa, que ora transcrevo.

Isto posto, passo a analisar os argumentos apresentados por Maurílio Sérgio.

Insurge-se o apelante contra a referida sentença, inicialmente alegando a inocorrência de revelia. Tal alegação não merece prosperar senão vejamos.

O apelante Maurílio Sérgio, apesar de devidamente citado, deixou transcorrer o prazo, sem apresentar resposta.

Sob a alegação de ausência da cópia da inicial na carta de citação (fls. 43/45), foi postulado pelo apelante e deferido pelo juiz singular, a reabertura do prazo de resposta para oferecimento de defesa (fls. 49), no entanto o apelado apenas requereu a exceção de incompetência, que foi rejeitada. E ainda, à fl. 51, o juiz singular determinou a intimação pessoal do advogado do apelante para em 48h apresentar sua resposta, no entanto sem êxito.

Assim, tendo decorrido o prazo sem apresentação de resposta, o juiz monocrático agiu acertadamente reconhecendo a revelia do réu, ora apelante e julgando antecipadamente a lide.

O apelante requer também o chamamento do feito à ordem, alegando ter o juiz monocrático atropelado ato processual ao não aguardar a devolução da Carta Precatória.

Descabe tal assertiva, pois a não devolução em nada afetou o julgamento da causa.

Finalmente pugna pela nulidade da sentença de exceção de incompetência, afirmando que a sentença proferida 37/38, não teve efeito legal válido, visto que o patrono não foi intimado da dita sentença, evidenciado em prejuízo a parte autora e consequente cerceamento de defesa.

No entanto, equivoca-se o apelante por duas razões, primeiro quanto a natureza da decisão a ser recorrida, pois se tratou de decisão interlocutória e não de sentença, portanto passível de agravo de instrumento. Em segundo lugar, o expediente de fls. 36/37 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco do dia 30.07.2008, conforme se verifica às fls. 88.

No mérito, Maurílio se insurge contra a sentença sob o argumento da inocorrência de injusta agressão e por via de consequência, ausência de danos morais indenizáveis.

A Irresignação também não merece prosperar.

Compulsando os autos, verifica-se pelas fotos colacionadas (fls.23/29), a existência da festa na cidade de São Caetano, bem como o Camarote do Prefeito, área considerada VIP, com um volume considerável de pessoas no local, corroborando com o narrado na exordial. Assim, revelou-se correta a recomendação de não ingresso do réu no já citado camarote.

É de se destacar a repercussão negativa do fato, pois ocorreu numa pequena cidade do interior do agreste e com pessoa bastante conhecida na região.

Assim a Injusta agressão proferida pelo apelante contra a apelada gera direito a compensação pelos danos morais sofridos.

Esse é o entendimento dos tribunais:

O TJRS:

**RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRESSÃO FÍSICA E VERBAL PROFERIDA PELO RÉU CONTRA A AUTORA. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA AUTORA SUFICIENTEMENTE EVIDENCIADOS (ART. 333, I, CPC). PRINCÍPIO DA IMEDIAÇÃO E DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. DIREITO À COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS SOFRIDOS EM RAZÃO DA INJUSTA AGRESSÃO, TANTO VERBAL QUANTO FÍSICA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSOS DESPROVIDOS.333ICPC(Recurso Cível Nº 71003005188, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerd, Julgado em...**

(71003005188 RS , Relator: Fabio Vieira Heerd, Data de Julgamento: 28/07/2011, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/08/2011) (G.N.)

E mais:

**APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRESSÃO VERBAL. CONDUTA OFENSIVA DO DEMANDADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO.1.É passível de ressarcimento o dano moral causado no caso em exame, decorrente de o autor ter sido ofendido, sem que houvesse injustamente provocado, tal medida abusiva resulta na violação ao dever de respeitar os direitos inerentes a personalidade de cada ser humano, dentre os quais a honra e a imagem de determinada pessoa.2. No que tange à prova do dano moral, por se tratar de lesão imaterial, desnecessária a demonstração do...**

(70040997827 RS , Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Data de Julgamento: 25/05/2011, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/05/2011) (G.N.)

O TJSP:

**CERCEAMENTO DE DEFESA- Julgamento antecipado da lide - Desnecessidade de produção de outras provas - Incidência do art. 330, Inc. I, do Código de Processo Civil - Preliminar rejeitada.INDENIZAÇÃO - Agressão injusta praticada por segurança de supermercado - Pedido de danos morais - Procedência parcial da demanda - Inconformismo de ambas as partes - Inadmissibilidade - Constrangimento configurado**

18  
6

**Conduta ilícita - Indenização bem fixada, não devendo ser diminuída nem majorada - Termo inicial da correção monetária a partir da fixação - Incidência da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça - Sentença parcialmente reformada - Recurso do autor desprovido e o da ré provido em parte. Preliminar rejeitada e recurso do autor desprovido e o da ré parcialmente provido.** 330ICódigo de Processo Civil

(9186694172006826 SP 9186694-17.2006.8.26.0000, Relator: J.L. Mônaco da Silva, Data de Julgamento: 27/07/2011, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/07/2011) (G.N.)

E mais:

**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS- Agressão física praticada pelos réus contra a autora - Prova documental comprobatória da agressão, com lesão em braço da autora, necessitando de reparo cirúrgico - Dano moral decorrente da injusta agressão, ainda mais por ter ocorrido no local de residência da autora - Ato desproporcional a uma corriqueira briga entre vizinhos - Indenização devida - Fixação em R\$- Valor proporcional ao abalo sofrido - Redução descabida - Procedência corretamente decretada - Aplicação, na hipótese, do artigo 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça Ausência de fato novo - Desnecessária repetição dos adequados fundamentos expendidos pela r. sentença recorrida Precedentes Sentença mantida Recursos improvidos.**

(41254020028260196 SP 0004125-40.2002.8.26.0196, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 30/11/2011, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/12/2011) (G.N.)

Assim, reconhecido o dano moral pelo constrangimento ilegal suportado por Danielle e o dever de indenizar por Maurílio, resta tratar sobre o *quantum* indenizatório arbitrado.

**No tocante ao valor fixado, para quantificação da indenização por danos morais devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor à não reincidir no ilícito praticado.**

Assim, observadas as peculiaridades da hipótese em análise, é incabível o pedido de redução do *quantum* indenizatório. O valor condenatório originalmente fixado em R\$ 10.000,00 não discrepa do entendimento dominante da jurisprudência do STJ e demais Cortes, como exemplificam os acórdãos abaixo ementados:

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial Interposto pelo Estado do Espírito Santo, com fundamento no artigo 1055, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, Impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E A AMPLA DEFESA - REJEITADA - CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO - ENDEREÇO ERRADO - ERRO DE DIGITAÇÃO - CONSTRANGIMENTO E ABALO CONFIGURADO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO - DANO MORAL CARACTERIZADO - QUANTUM DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DOS §§ 3º E 4º DO CPCC - CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. 1 (...) 4. O Juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a

capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes. O valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) encontra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade. 5. Restou assente nos Tribunais Pátrios e na doutrina que tratando-se de dano moral em decorrência de ato ilícito, os juros de mora incide a partir da prolação da sentença, enquanto que a correção monetária do evento danoso (...)(1.306.965 - ES 2010/0085688-, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Publicação: DJe 25/06/2010).

O TJSP:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. AGRESSÃO PROMOVIDA POR SEGURANÇAS DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA LEVE. ILÍCITO CONFIGURADO. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO.1- O caso concreto demonstra que a agressão injusta promovida por seguranças de estabelecimento comercial a consumidor configura dano moral, passível de indenização.2- Aplicação do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor. Inteligência da Súmula nº 341 do Supremo Tribunal Federal.14Código de Defesa do Consumidor3- O valor da indenização arbitrado tem por finalidade impor o fator desestimulante ou sancionatório para a prática de ato ilícito que resulta em dano de natureza extrapatrimonial. Os elementos que compõe o caso concreto determinam a redução de indenização para a quantia de R\$ 10.000,00, o que prestigia o princípio da razoabilidade, atende a reparação extrapatrimonial pretendida, e evita o enriquecimento sem causa.4- Apelação da autora parcialmente provida. (1188536620088260008 SP 0118853-66.2008.8.26.0008, Relator: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 03/05/2012, 6ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2012) (G.N.)

E mais:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Improcedência da ação - Inconformismo do autor Acolhimento - Sentença penal condenatória com trânsito em julgado que comprova a conduta ilícita do réu, ou seja, o constrangimento ilegal - Dano moral caracterizado - Indenização fixada em R\$10.000,00 - Sentença reformada - Recurso provido. (9192955372002826 SP 9192955-37.2002.8.26.0000, Relator: Viviani Nicolau, Data de Julgamento: 09/08/2011, 9ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/08/2011)

O TJPR:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - REVISTA PESSOAL EM DELEGACIA DE POLÍCIA - ABUSO DE AUTORIDADE - OFENSAS VERBAIS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DEVER DE INDENIZAR - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - PEDIDO PARA PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL - NÃO COMPARECIMENTO A AUDIÊNCIA SOLICITADA - ATO TEMERÁRIO - CONDENAÇÃO MANTIDA - QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - VALOR ARBITRADO EM R\$ 10.000,00 - CONFORMIDADE - RECURSOS DE APELAÇÃO IMPROVIDOS. (6660946 PR 0666094-6, Relator: Fernando Antonio Prazeres, Data de Julgamento: 27/07/2010, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 446)

Dadas as especificidades do caso concreto, entendendo ser razoável o valor da indenização fixado em R\$ 10.000,00, pelo juízo *a quo*, montante adequado à tradição jurisprudencial das Cortes brasileiras, adotada em situações análogas.

Ademais, tal quantia de modo algum representará enriquecimento ilícito da recorrida, portanto observada a dicção do art. 944<sup>1</sup> do Código Civil. Não há, pois, neste particular, qualquer reparo a ser feito na sentença recorrida.

Por tais razões é de se manter a sentença apelada.

A fixação da correção monetária e dos juros moratórios é matéria de ordem pública, passível de revisão de ofício (REsp 1112524/DF, Corte Especial, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 01/09/2010, DJe 30/09/2010).

Por se tratar de pedido indenizatório por danos morais oriundo de relação extracontratual, o termo inicial para fluírem os juros moratórios é a partir do evento danoso, e não a partir da citação (STJ, EDcl no Ag 1370593/RS).

Por essas razões, com esteio no art. 557, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO** ao apelo e reformo a sentença a *quo* apenas para determinar, de ofício, a incidência dos juros moratórios, o qual flui, a partir do evento danoso, mantendo no mais a sentença monocrática.

Tudo sopesado, pelos motivos acima expostos, conheço do recurso, mas voto pelo seu não provimento, mantendo a decisão monocrática agravada.

É como voto.

Recife, 26.5.17

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator

<sup>1</sup> Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.